

PLANO ESTRATÉGICO TRE-PI 2021-2026

ANEXO II - RESOLUÇÃO TRE-PI Nº 470 DE 28 de junho de 2021 (DJE 14/07/2023)

Descrição dos objetivos estratégicos do TRE-PI 2021-2026

Perspectiva de Resultados	
Objetivo	Descrição
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente	Refere-se ao conjunto de ações que efetivamente assegurem o exercício pleno da soberania popular, prevista no art. 14 da Constituição Federal, por meio da realização de um processo eleitoral que seja percebido pelo cidadão como legítimo, seguro e transparente. Este objetivo está diretamente relacionado ao Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”, previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Promover a relação institucional com a sociedade	Trata-se de aperfeiçoar o relacionamento da sociedade com a Justiça Eleitoral por meio de estratégias de comunicação e interação que fortaleçam a percepção do papel do TRE-PI como instituição garantidora de direitos, que promove a efetiva atuação interinstitucional integrada e sistêmica, visando à solução de problemas. Este objetivo está diretamente relacionado ao Macrodesafio “Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade”, previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Perspectiva de Processos Internos	
Objetivo	Descrição
Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional	Tem por finalidade assegurar a prestação jurisdicional ágil, efetiva e segura e o aumento da produtividade de magistrados e servidores, de modo a garantir o direito constitucional de razoável duração e celeridade na tramitação do processo, estabelecido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. Este objetivo está alinhado ao Macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	Refere-se ao desafio de garantir proteção ao patrimônio público, à lisura do processo eleitoral, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e ilícitos eleitorais. Este objetivo está relacionado ao Macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa,” da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança da informação e acesso à informação	Trata-se de garantir que as partes interessadas da sociedade obtenham informações atualizadas e acessíveis sobre ações, estruturas, processos decisórios e resultados do Tribunal, assegurando aos dados organizacionais integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e controles efetivos dos processos de segurança, de riscos e proteção de dados pessoais. Este objetivo está relacionado ao Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Tem por finalidade aprimorar as estratégias de comunicação interna e externa por meio da adoção de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, que fortaleçam a imagem do Tribunal perante as partes interessadas, estabeleçam canais efetivos de comunicação com o público externo e melhorem a integração, a sinergia e o fluxo de informações entre os colaboradores e os diversos níveis hierárquicos da organização. Este objetivo está relacionado ao Macrodesafio “Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Promover a sustentabilidade, a acessibilidade e a inclusão	Refere-se ao conjunto de atos que visam estimular o uso sustentável de recursos, reduzir o impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente, promover qualidade de vida no trabalho e garantir à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia, de uso público ou privados de uso coletivo. Este objetivo está alinhado ao Macrodesafio “Promoção da sustentabilidade” e “Garantia dos direitos fundamentais”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Perspectiva de Gestão e Inovação	
Objetivo	Descrição
Fortalecer a 1ª instância da jurisdição	Trata-se de promover a qualidade, a celeridade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e o alinhamento estratégico dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais do Tribunal, de forma a potencializar a contribuição da 1ª instância de jurisdição para ao alcance dos resultados institucionais. Este objetivo estratégico está alinhado ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura	Tem por finalidade aperfeiçoar as funções de avaliação, direcionamento e monitoramento organizacionais com vistas à melhoria da qualidade das decisões, ao aumento da eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos, gestão patrimonial e otimização de processos de trabalho, com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Trata-se de alinhar as necessidades orçamentárias e financeiras de custeio, de investimento e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional e de estabelecer uma cultura de redução de desperdícios

	para se obter os melhores resultados com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Promover a governança de contratações	Trata-se de aperfeiçoar políticas, processos e práticas de governança para que a gestão de contratações de bens e serviços esteja alinhada às necessidades organizacionais, utilizem de forma eficiente os recursos, optimizem a disponibilidade e o desempenho das aquisições, mitiguem riscos e promovam a sustentabilidade. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Trata-se de aprimorar políticas, métodos e práticas de gestão de pessoas com vistas a potencializar a contribuição do capital humano para o alcance dos resultados do Tribunal, contemplando, entre outros, a avaliação e o desenvolvimento de competências, a valorização dos colaboradores, a humanização nas relações de trabalho, o estabelecimento de sistemas de reconhecimento e a adequada distribuição da força de trabalho. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital	Trata-se de aperfeiçoar políticas, programas, projetos, ações e práticas que fortaleçam a governança e a gestão de Tecnologia da Informação (TI), melhorem a infraestrutura tecnológica e ampliem a oferta de serviços públicos digitais de qualidade ao cidadão. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados”, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.